

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 1 Janeiro - Abril 2024

DOSSIÊ

EU TINHA UM NOME, UM SORRISO, UMA ANCESTRALIDADE E UMA VOZ

Gabrielle Ferreira*

RESUMO

Este artigo foi produzido com o intuito de apresentar críticas e falar sobre o processo da bioarqueologia e das análises dos ossos humanos. É uma ideia inicial que busca por uma pesquisa bioarqueológica descolonial, entendendo que a morte tem afeto e que os corpos esqueléticos desenterrados nas escavações são pessoas-ossos. O artigo consta da descrição metodológica usada pela bioarqueologia nas análises osteológicas e da retomada, a fim de não esquecer e não permitir que a arqueologia transforme pessoas em materiais sem vida.

Palavras-chave: arqueologia; bioarqueologia; arqueologia descolonial; arqueologia indígena.

* Mulher indígena do povo Borum-kren. Mestranda em Antropologia com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista CAPES. E-mail: bibilelis18@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9780-5352>

I HAD A NAME, A SMILE, AN ANCESTRY, AND A VOICE

ABSTRACT

This article was produced with the intention of showing critiques and talking about the process of bioarchaeology and the analysis of human bones. It is an initial idea that seeks a decolonial osteological research, understanding that death has affection and that the skeletal bodies unearthed in excavations are bone-people. The article consists of the methodological description used by bioarchaeology in osteological analyses and the resumption, to not forget nor allow archeology to turn people into lifeless materials.

Keywords: archaeology; bioarchaeology; decolonial archaeology; indigenous archaeology.

YO TENÍA UN NOMBRE, UNA SONRISA, UNA ASCENDENCIA Y UNA VOZ

RESUMEN

Este artículo tiene el objetivo de presentar críticas y discutir el proceso de la bioarqueología y del análisis de los huesos humanos. Esta es una idea inicial que busca la investigación osteológica decolonial, teniendo en cuenta que la muerte tiene afecto y que los cuerpos esqueléticos desenterrados en las excavaciones son personas-huesos. Este artículo incluye una descripción de la metodología utilizada por la bioarqueología en los análisis osteológicos y una reanudación con el fin de no olvidar y no permitir que la arqueología convierta a las personas en materiales sin vida.

Palabras clave: arqueología; bioarqueología; arqueología decolonial; arqueología indígena.

INTRODUÇÃO

Desde meados do século XVIII, um entusiasmo científico em relação aos contextos envolvendo sepultamentos humanos reina na arqueologia (Lessa, 2011; Souza, 1991). A intitulada bioarqueologia se tornou “responsável” pelos estudos que se direcionam aos ossos, às análises osteológicas e às estruturas funerárias (Neves, 2013; Mendonça de Souza, 2009).

Entretanto, a curiosidade e a ambição no aprofundamento de respostas se davam de corpos ocidentais brancos, interessados em provar e investigar o “exotismo” de nossas culturas indígenas e de nossos corpos, vivos ou não, em nome de indagações arqueológicas. Eram colecionadores de culturas (Moraes-Wichers, 2020). Os corpos-ossos de minhas ancestrais se tornaram material arqueológico para fortalecer uma ciência que não nos respeitava, de uma ciência que exterminava (Lyons; Supernant, 2020).

Falar na morte é falar de um ritual, e na minha vivência, ela não nos transforma em coisas, não deixamos de ser gente porque viramos ossos. Todavia, quando se morre, “[independentemente] forma como se encara a morte e do que se pode desejar para aquele momento, são outros agentes, outras pessoas que decidirão sobre seu corpo” (Polo; Leite, 2019, p. 4). No caso, a bioarqueologia decidirá sobre nós, criará discursos e controlará as interpretações sobre nossos passados (Bezerra, 2017; Roedel, 2017). Viraremos números em meio a tantos outros dentro de caixas, como se ser ossos fosse sinônimo de não ter vida.

O corpo passa pela transformação e se torna esquelético, porém, a agência de ser humano não se esvai junto dos tecidos moles. Porém parece que para a bioarqueologia isso acontece, como se um crânio deixasse de ter face. No entanto, essa “ausência” de face só acontece pela falta de semelhança entre os rostos que estão sendo estudados e os rostos que estão estudando. Por exemplo, o cuidado e o respeito com os corpos-ossos das pessoas que pertenciam à monarquia brasileira são completamente discrepantes do que tinham e têm com os corpos da ancestralidade indígena e negra. Essa “falta” de documentação e de identidade visual ao que os olhos do ocidente estão acostumados invisibiliza a existência de vida em um corpo indígena morto, ignorando a história das nossas pessoas-ossos (Roedel, 2017).

Nossos corpos se transformam constantemente, quase como a fala de *Alice no país das maravilhas* em que o gato pergunta para Alice quem é ela, que responde: “Eu não sei... já passei por várias mudanças desde que acordei” (Carroll, 1998). Se tornar um esqueleto é mais uma dessas mudanças, não deixamos de ser humanas porque nossa forma se modificou. Nossos rostos se tornaram crânios, mas nossas vidas-mortes ainda carregam nossas histórias.

As análises bioarqueológicas são divididas em várias metodologias de estudo dos ossos, antes e depois da exumação. Os elementos importantes para as pesquisas são os processos tafonômicos nos ossos, a posição em que a pessoa foi enterrada e os deslocamentos e modificações do solo (Mendonça de Souza; Rodrigues-Carvalho, 2013). Em laboratório a preocupação começa na curadoria do sepultamento, na limpeza mecânica dos ossos, no método de número mínimo de indivíduos (NMI), na faixa etária *ante mortem* [antes da morte], ou seja, a estimativa de idade daquela pessoa quando ela morreu, e o tão famoso sexo biológico, totalmente pautado em uma visão moderna ocidental e dicotômica (masculino e feminino) e relacionado a sociedades específicas. É uma construção social do ocidente aplicada aos nossos corpos que carregam outra visão de mundo; são complexos demais para seres explicados em uma diferença dualística sexual (Fausto-Sterling, 2001; Roedel, 2017; Schaan, 2018).

Para nós, trabalhar em contextos funerários exige uma grande responsabilidade com as pessoas: somos enterradas e nossos corpos são preparados por pessoas queridas, além de passarmos por rituais de finalização e de começo nesse processo

fúnebre (Mendonça de Souza; Rodrigues-Carvalho, 2013; Rodrigues-Carvalho, 2013). Não deixamos de ser humanas para nos transformarmos em restos; desumanizar nossos corpos-ossos é reforçar o discurso colonialista (Walker, 2018) tentando mais uma vez nos calar. Logo nós, que nunca estivemos em silêncio (Battle-Baptiste, 2011).

Nessa linha, é perceptível a importância e a necessidade da crítica perante a forma como somos tratadas, virando números dentro dos museus e das reservas técnicas. Parece anormal esquecer que uma pessoa que viveu a 5 mil anos AP era gente, mas é isso que a bioarqueologia muitas vezes faz, “a memória e a individualidade dessas pessoas são suprimidas” (Roedel, 2017, p.72) pelo sistema racista e violento em que estamos inseridas (Oliveira, 2018).

“Esquecimento” é uma palavra-chave para o que estamos conversando aqui, porque diferente da ciência e das pessoas, a mãe-terra não esquece. Por onde quer que caminhemos, ou onde quer que enterremos nossas pessoas, a mãe-terra vai guardar as memórias mais antigas sobre nós e sobre nossos antepassados (Wai Wai, 2022).

A questão aqui apresentada não é para trazer a bioarqueologia como vilã; dividindo o mundo entre mocinhos e vilões; e sim sobre a obrigação da mesma enquanto ciência de se responsabilizar e ter respeito com os corpos não-brancos que desenterra (Walker, 2018). Ao ser uma ciência com empatia em vez de uma que extermina histórias, esquecendo que somos gentes indígenas (Lyons; Supernant, 2020) mesmo sendo ossos, e que o passado não mora lá atrás, ela caminhará lado a lado com o presente e com as criações futuras (Harrison, 2019; Hartemann; Moraes, 2018; Orwell, 2005), percebendo que as verdades escritas e ditas por essa sobre nossos corpos estão sendo criadas e devem estar carregadas de respeito e amor (hooks, 2020; Lyons; Supernant, 2020).

OSSOS PELO OLHAR DA OS BIOARQUEOLOGIA

Olhar para ossos humanos e os contextos fúnebres considerados arqueológicos envolve inúmeras perguntas acerca do tempo, do lugar e da memória (identidade), visto que o tempo segue seu ciclo, os lugares se modificam e a memória pode se perder.

O estudo relacionado aos ossos humanos existe antes mesmo da bioarqueologia ganhar seu título. No século XVIII, o que conhecemos hoje como bioarqueologia era uma ciência em formação, com o apoio da antropologia e da arqueologia, que pesquisava mais profundamente o crânio humano, pois tinham interesse no desenvolvimento de métodos craniométricos (Mendonça de Souza, 2009) e na origem e variabilidade tipológica da humanidade, pela influência da antropologia física (Lessa, 2011). A craniometria, como ficou conhecida, procurava estabelecer padrões para distinguir e estudar as diferentes “raças” humanas, se aprofundando nas especificidades dos povos apontados como “não-civilizados” (como éramos e ainda somos vistos pelos brancos) (Sá *et al.* 2008).

O intuito dessas pesquisas envolvendo nossos crânios era baseado em características como o peso do cérebro e a formação das circunvoluções cerebrais, usadas para delimitar aspectos morais e intelectuais de nós indígenas e das pessoas negras através de medições angulares com instrumentos inventados para tais fins (Sá *et al.*, 2008).

Todavia, no início do século XX sob influência do antropólogo físico estadunidense Earnest Hooton, o esqueleto humano passou a ser categorizado para além da craniometria, criando um diálogo com a patologia,¹ a faixa etária e com o normativo e naturalizado sexo

¹ Patologia é a área da ciência que estuda sobre alterações morfológicas e fisiológicas dos estados de saúde.

biólogo (Gontijo, 2018). Esse homem branco descrevia uma anatomia comparativa com nossos corpos indígenas e negros em relação a todo o discurso de civilização dos corpos brancos, subtraindo a craniometria e gerando a antropometria, que trabalhava com critérios matemáticos em suas medições comparativas nos que os brancos consideravam como corpos “selvagens”, ou seja, nossos corpos indígenas e os corpos das pessoas pretas.

Ainda no século XX, a influência das técnicas da medicina permitiu informações complementares como o uso da histologia² e da radiologia³ nesses processos, que levou a um grande interesse nos estudos da paleopatologia⁴ (Mendonça de Souza, 2009). Essa rápida expansão da arqueologia aconteceu principalmente após a Segunda Grande Guerra. Com isso a antropologia biológica se via aproximando cada vez mais das ciências biomédicas, na busca de uma explicação biocultural da humanidade.

Como consequência, vários campos da arqueologia, como zooarqueologia e paleobotânica, expandiram as pesquisas e as pessoas começaram a lidar com um espaço de trabalho transdisciplinar (Cunha, 1963; Mendonça de Souza, 2009). O desafio que a então bioarqueologia começou a enfrentar eram técnicos, acerca do saber dominar as especialidades das áreas biomédicas. No entanto, esse desenvolvimento científico acarretou outro desafio: o afastamento da bioarqueologia com a própria arqueologia (Mendonça de Souza, 2009).

No final dos anos de 1970, no Rio de Janeiro, foi criado o primeiro curso de arqueologia no país. Com isso, foram desenvolvidas disciplinas moldadas para somar na formação e dar impulso à bioarqueologia dentro da arqueologia. A preocupação da área era em registrar e interpretar os esqueletos desenterrados desde o momento da exumação até o momento em que levavam ao laboratório para serem colocados em caixas (Sá *et al.*, 2008; Mendonça de Souza, 2019). Esse processo de desenterramento, com a quebra do ritual fúnebre e que termina na caixa do laboratório, dilui o corpo a uma passividade muito comum de ser atribuída quando o assunto é a morte (Polo; Leite, 2019).

Em uma escavação onde se tem sepultamentos, a metodologia de campo se transforma em função da exumação. A necessidade de se recuperar o que não está perdido (no caso os ossos) direciona a estratégia para a coleta de tudo, porque a presença de corpos constrói uma interpretação mais correta para o sítio na famosa busca pela verdade arqueológica (Mendonça de Souza; Rodrigues-Carvalho, 2013; Silva; Almeida; Perasoli, 2020).

A posição dos corpos, os deslocamentos, as modificações, os processos tafonômicos cadavéricos ou as modificações do terreno são elementos importantes, cujo registro deve ser feito em campo e o estudo complementado em laboratório (Mendonça de Souza; Rodrigues-Carvalho, 2013, p. 556).

A bioarqueologia, como qualquer outra ciência, possui seus próprios procedimentos que foram criados e testados ao longo de sua formação, com técnicas usadas desde a exumação das pessoas no sítio ao transporte dos corpos para o laboratório. Em campo são feitas observações do enterramento sobre a relação espacial do sítio, a posição em que o esqueleto se encontra, os desenhos e fotografias elaboradas, as coordenadas bem referenciadas, a identificação anatômica prévia dos ossos desenterrados, a descrição detalhada quando há

² Ciência que estuda as funções das células, tecidos e órgãos de organismos vegetais e animais.

³ Ramo da medicina e de áreas afins que usa da radiação para a verificação de diagnósticos e controle de tratamentos.

⁴ Campo da ciência que pesquisa a história e evolução das doenças.

acompanhamentos funerários na sepultura e o estado de integração dos ossos (Mendonça de Souza; Rodrigues-Carvalho, 2013; Silva; Carvalho; Queiroz, 2019).

O laboratório é o espaço onde as análises mais detalhadas acontecem, a primeira delas é o programa sistemático de curadoria, esse é o momento que cientistas responsáveis buscam interromper qualquer processo que considerem como destrutivo aos ossos e fazem um levantamento da “melhor” forma de (salva)guardar os esqueletos retirados da mãe-terra (Ferreira, 2022; Lessa, 2011).

Em seguida, a preocupação é na limpeza dos ossos, que é mecânica e realizada com pincéis macios e espátulas de madeira. Quando se desenterra mais de uma pessoa, os corpos são separados para contabilizar o NMI através das análises osteológicas (Neves, 2013).

As pesquisas mais específicas giram em torno da estimativa da faixa etária *ante mortem* através das suturas cranianas, de outros ossos que vão se fundindo ao longo dos anos de crescimento do corpo e dos exames dos dentes (erupção dentária, desgastes dos dentes, alteração dos processos alveolares e o ângulo da mandíbula). Além disso, tem: a estatura, que é feita a partir dos ossos longos com medições e fórmulas que levam a uma média da altura; a busca por doenças nos ossos, por intermédio dos manuais de patologias e análise detalhada de cada osso no esqueleto; os “testes” de ancestralidade, realizados por diversas medições no crânio; e o sexo biológico, que sabemos ser uma análise de dimorfismo sexual, completamente postiça, baseada na ideia binária de homem/mulher, macho/fêmea, pênis/vagina e carregada da hegemonia de uma ordem cis, branca, heterossexual e ocidental (Anzine, 2021; Roedel, 2017). Porém, essa é uma análise realizada nos corpos esqueléticos até hoje, mediante observações e medições feitas: no crânio, como a crista nugal, o processo mastóide, a margem supraorbital, a criste orbital ou glabella e protuberância mental; e na pelve (fusão dos ossos: ílio, ísquio e púbis), através da análise do arco ventral, da concavidade e dos ramos. Outras análises podem ser feitas em relação a essa binaridade sexual, todavia, as mais comuns são no crânio e na pelve (Bass, 1987; Buikstra; Beck, 2006; Buikstra; Ubelaker, 1994; Ferreira, 2012; Neves, 2013; White; Black; Folkens, 2012; White; Folkens, 2005).

Vivenciar um contexto aprontado para ser mortuário exige muita responsabilidade, cuidado e afeto, pois o que identificamos hoje como formação de um sítio arqueológico foi antes um espaço pensado e dedicado aos mortos que foram filhos e filhas de alguém, foram amadas, foram guerreiras e carregam uma ancestralidade em seus corpos que, por mais que hoje estejam em ossos, ainda possuem proteção dos seres encantados e dos antepassados (Ferreira, 2022).

PESSOAS-OSSOS

Sabemos que em uma escavação onde por acaso se encontra um enterramento ou em uma situação com o intuito de exumar nosso esqueleto, algumas perguntas se formam na mente antes, durante e depois do processo. Perguntas relacionadas a alimentação que tínhamos, a forma de enterramento, a como morremos, a como éramos representadas, ou seja, nossa “persona social” (Lopez Mazz, 2010, p.7), e sobre se éramos saudáveis (Anzini, 2021; Mendonça de Souza; Rodrigues-Carvalho, 2013; Neves, 2013). Basicamente, querem comparar nossas vidas de quando vivíamos na floresta com as dos brancos que vivem na cidade.

Tais perguntas e muitas outras podem ou não serem respondidas pelas metodologias usadas para analisar esqueletos. Entendemos bem que a base das medidas e as fórmulas usadas são fundamentadas nas técnicas de análise de esqueletos europeus, e nossos corpos não são iguais (Bass, 1987; Buikstra; Ubelaker, 1994).

Então a arqueologia vai tentar responder essas perguntas através de observações das paisagens e dos espaços onde morávamos, do lugar e da forma como fomos

enterradas, do que nossos ossos contarem e também pelos corpos das outras materialidades. Isso tudo em uma tentativa de entender melhor a vida e a morte ancestral, que é importante para contar nossas histórias e ajudar na luta que vivemos no hoje.

Contudo, as pessoas que fazem arqueologia vão tentar responder essas coisas dialogando com elas mesmas. Com a bioarqueologia, com a arqueologia da paisagem e com a arqueologia funerária falta o senso político, a sensibilidade, a vontade e a noção de nos chamar para fazer parte dos projetos. Falta vontade de muitas pessoas dentro da arqueologia para entender a importância das pesquisas colaborativas e a potência que seria construir em coletivo com nós indígenas e com a nossa força ancestral e espiritual. Estamos aqui fazendo ciência nos nossos territórios e agora também dentro das universidades, ocupando nossos espaços e sendo indígenas arqueólogas.

Mas por que não arqueólogas indígenas? Porque eu nasci indígena, a minha ancestralidade nasceu comigo, os ensinamentos foram vindo até mim pelas mais velhas, mais velhos, mais novos e seres encantados a medida que eu fui crescendo; minha conexão com a mãe-terra não foi ensinada a mim, nasceu comigo. Mas eu me tornei arqueóloga por uma escolha, eu escolhi ficar cinco anos morando em outro estado, longe do meu povo, da família, da cultura e da conexão com o território para viver a vida universitária e me tornar uma indígena arqueóloga.

Essas pesquisas só fazem sentido se estiverem articuladas de respeito, de afeto pelo corpo retirado da mãe-terra, e da presença de outras e outros parentes indígenas atuando junto nas que se sucederem com os corpos carregados de identidade e proteção dos encantados (Apurinã, 2018; Cabral, 2014; Machado, 2013; Silva, 2015). Quando exumam corpos da monarquia, o cuidado, o respeito religioso e a preocupação são completamente diferentes de quando os corpos escavados são nossos corpos indígenas (Ambiel, 2013).

O problema é que boa parte das pesquisas dentro da bioarqueologia estão preocupadas somente com as fórmulas do que chamam de “remanescentes humanos”, que é apenas um nome elegante para resto humano, resto de gente. Nosso corpo, que se transformou em um corpo de ossos, vira resto, o que é quase um veredito dizendo que deixamos de ser gente, ou ainda que, nunca fomos. Para os brancos, sempre fomos bichos selvagens, não domesticados e desobedientes.

Apesar disso, os rituais fúnebres e o cuidado com quem morreu é uma realidade do presente mas também desse tal passado distante com o qual falamos todos os dias nas aulas de arqueologia. As pessoas mortas são integradas em moradias, seja numa vivência cotidiana, como as pessoas cerriteiras que conviviam com seus mortos (Bracco; Cabrera, Lopez-Mazz, 2000; Ferreira, 2022; Iriarte, 2006, Milheira; Attorre; Borges, 2019), ou em uma “cidade” dos mortos, como é o caso dos diversos espaços chamados de cemitérios.

Toda reverência aos mortos se transfigura de memória vívida a uma memória sobre ancestralidade, instituindo nossa identidade enquanto povo

A través de este proceso en ciclos de larga duración, un grupo marca lugares que le serán esenciales en su identidad territorial. Estos lugares, que constituyen unidades mínimas de significado político grupal, se articulan con otros lugares que también son estratégicos y críticos en lo que hace la producción material de su sustento (lugares de caza, de recolección etc.) y a su reproducción social (Lopez Mazz, 2010, p. 8).

CONCLUSÃO

Os corpos e as transformações dos espaços evidenciam a performance mortuária, que é carregada de identidade ancestral e que fica marcada e registrada no solo arqueológico, raízes da mãe-terra. Onde quer que seja que andemos, ou onde quer que enterremos nossas pessoas, a mãe-terra guarda lembranças, ela e nós nos lembramos de quem veio antes.

O passar do tempo e das gerações transformam a memória em histórias sobre a vida das nossas ancestrais que viveram e morreram há muitos anos. Histórias essas que são contadas a nós desde de quando nascemos, na beira do rio, no estalar da madeira na fogueira, na roda ao redor da minha avó, na hora de aprender alguma coisa com a pessoa mais velha etc, e essas histórias, esses lugares de vida e de morte e essas pessoas carregadas da proteção dos encantados são a nossa identidade (Ferreira, 2022; Lopez Mazz, 2010).

E o que a arqueologia, a antropologia e a própria bioarqueologia devem entender é que elas quebram rituais quando nos exumam e nos trazem do mundo dos mortos. Estamos aqui para sermos ouvidas, nós temos vozes. Vocês não nos chamaram? Agora nos escutem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBIEL, Valdirene do Carmo. *Estudos de arqueologia forense aplicados aos remanescentes humanos dos primeiros imperadores do Brasil depositados no Monumento à Independência*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ANZINI, Violet Baudelaire. Os impasses da bioarqueologia: o dimorfismo sexual sob uma crítica transfeminista. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 16, n. 1, p. 129-144, 2021.
- APURINÃ, Kuawá. Terra, vida, justiça e demarcação: mulheres kaiowá e a luta pela terra indígena Taquara, município de Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
- BASS, William M. *Human Osteology: A Laboratory and Field Manual*. 3. ed. Columbia (US): Missouri Archaeological Society, 1987.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. Constructing a Black Feminist Framework. In: BATTLE-BAPTISTE, Whitney. *Black Feminist Archaeology*. California (US): Left Coast, 2011. p. 33-72.
- BEZERRA, Marcia. Sobre o corisco e outras coisas na Amazônia: os objetos do passado como memorabilia das pessoas no presente. In: BEZERRA, Marcia. *Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GKNoronha, 2017. p. 44-66.
- BRACCO, Roberto; CABRERA, Leonel; LOPEZ MAZZ, José Maria. La prehistoria de las Tierras Bajas de la Cuenca de la Laguna Merín. In: COIROLO DURAN, Alicia; BRACCO, Roberto (ed.). *Arqueología de las Tierras Bajas*. Montevideo (UY): Ministerio de Educación y Cultura, 2000. p. 13-38.
- BUIKSTRA, Jane E.; BECK, Lane A. (ed.). *Bioarchaeology: The Contextual Analysis of Human Remains*. Cambridge (US): Academic, 2006.
- BUIKSTRA, Jane E.; UBELAKER, Douglas H. *Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains: Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History*. Fayetteville (US): Arkansas Archeological Survey Research Series, 1994.
- CABRAL, Mariana Petry. E se todos fossem arqueólogos?: experiências na Terra Indígena Wajãpi. *Anuário Antropológico*, v. 39, n. 2, p. 115-132, 2014.
- CARROLL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

- CUNHA, E. Salles. *Sambaquis e outras jazidas arqueológicas: paleopatologia dentária e outros assuntos*. Rio de Janeiro: Científica, 1963.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, v. 17/18, p. 9-79, 2001.
- FERREIRA, Gabrielle Reis. *O espetáculo da morte: bioarqueologia nos cerritos do Pontal da Barra e Lagoa do Fragata*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.
- FERREIRA, Mariane Pereira. *Uma análise osteobiográfica dos remanescentes ósseos do sítio arqueológico RS-LS-85: Cerrito Oscar Erocildo Abreu*. Monografia (Bacharel em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.
- GONTIJO, Fabiano. Intersexualidade, bioantropologia/bioarqueologia e poder: uma narrativa biográfica amazônica. *Bagoas*, v. 12, n. 18, 2018.
- HARRISON, Rodney. Arqueologias de futuros e presentes emergentes. *Vestígios*, v. 12, p. 83-104, 2019.
- HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislane Pereira de. Contar histórias e caminhas com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios*, v. 12, n. 2, p. 9-34, 2018.
- HOOKS, bell. Valores: viver segundo uma ética amorosa. In: HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2020. p. 89-99.
- IRIARTE, José. Landscape Transformation, Mounded Villages and Adopted Cultigens: The Rise of Early Formative Communities in South-Eastern Uruguay. *World Archaeology*, v. 38, n. 4, p. 644-663, 2006.
- LESSA, Andrea. Conceitos e métodos em curadoria de coleções osteológicas humanas. *Arquivos do Museu Nacional*, v. 68, n. 1-2, p. 3-16, 2011.
- LOPEZ MAZZ, José Maria. El paisaje prehistórico pre Guenoa-Minuan. In: LOPEZ MAZZ, José Maria, Diego Bracco (ed.). *Minuanos. apuntes y notas para la historia y la arqueología del territorio Guenoa-Minuan (indígenas de Uruguay, Argentina y Brasil)*. Montevideo (UY): Linardi y Risso, 2010. p. 253-274.
- LYONS, Natasha; SUPERNANT, Kisha. Introduction to an Archaeology of the Heart. In: SUPERNANT, Kisha; BAXTER, Jane Eva; LYONS, Natasha; ATALAY, Sonya (ed.). *Archaeologies of the Heart*. Cham (CH): Springer, 2020. p. 1-19.
- MACHADO, Juliana Salles. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013.
- MENDONÇA DE SOUZA, Sheila Maria Ferraz. Bioarqueologia e antropologia forense. In: ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL, 1., 2009, Mato Grosso do Sul. *Anais [...]*. Mato Grosso do Sul: UFMS, 2009. p. 89-113.
- MENDONÇA DE SOUZA, Sheila Maria Ferraz. Bioarqueologia no Brasil: constituindo um campo, consolidando um conceito. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 2, p. 25-30, 2019.
- MENDONÇA DE SOUZA, Sheila Maria Ferraz; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. “Ossos no chão”: para uma abordagem dos remanescentes humanos em campo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 3, p. 551-566, 2013.
- MILHEIRA, Rafael Guedes; ATTORRE, Tiago; BORGES, Caroline. Construtores de cerritos na Laguna dos Patos, Pontal da Barra, sul do Brasil: lugar persistente, território e ambiente construído no Holoceno recente. *Latin American Antiquity*, v. 30, n. 1, p. 35-54, 2019.

- MORAES-WICHERS, Camila Azevedo de. Coleções indígenas no Sertão imaginado: experimentações etnográficas e museais para a descolonização dos museus. In: SOARES, Bruno Brulon (ed.). *Descolonizando a museologia*: vol. 1: museus, ação comunitária e descolonização. Paris (FR): ICOM; ICOFOM, 2020. p. 404-419.
- NEVES, Walter A. *Um esqueleto incomoda muita gente*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- NEVES, Walter A.; PILÓ, Luís B. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça?: reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negres e negros. *Vozes*, v. 15, n. 28, p. 167-179, 2018.
- ORWELL, George. 1984. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- POLO, Mario Junior; LEITE, Lúcio Flávio . Os sapatos de Scarlett: o corpo na arqueologia amazônica e os caminhos desenhados por uma posicionalidade queer. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1, 2019.
- ROEDEL, Luísa de Assis. O silêncio do corpo: intersexualidade invisibilizada no cemitério do Bonfim. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 71-85, 2017.
- SÁ, Guilherme José da Silva e; SANTOS, Ricardo Ventura; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Elizabeth Cristina da. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 15, n. 1, p. 197-208, 2008.
- SCHAAN, D. Há uma necessidade em atribuir gênero ao passado? *Habitus*, v. 16, n. 1, p. 125-139, 2018.
- SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 2, p.143-172, 2015.
- SILVA, Jaciara Andrade; CARVALHO, Olivia Alexandre; QUEIROZ, Albérico Nogueira de. O contexto arqueológico dos remanescentes humanos: subsídios para uma arqueotematologia. In: CARVALHO, Olivia Alexandre; QUEIROZ, Albérico Nogueira de (org.). *Uma viagem pela arqueologia nordestina*. São Cristóvão: Editora UFS, 2019. v. 1, p. 101-126.
- SILVA, Mariah Rafaela; ALMEIDA, Emanuel de; PERASOLI, Lorena de Paula. Cura-dor: sobre contágios, fissuras e práticas anticoloniais. *Poiésis*, v. 21, n. 35, p. 35-58, 2020.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. A história da arqueologia brasileira. *Pesquisas – Antropologia*, v. 46, p. 11-157, 1991.
- WAI WAI, Jaime Xamen. Etnografia e história das aldeias antigas do rio Kikwo, Pará, Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- WALKER, Sheila S. *Conhecimento desde dentro: os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias*. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.
- WHITE, Tim D.; BLACK, Michael T.; FOLKENS, Pieter Arend. *Human Osteology*. Cambridge (US): Academic, 2012
- WHITE, Tim D.; FOLKENS, Pieter Arend. *The Human Bone Manual*. Cambridge (US): Academic, 2005.